

PROCESSO ADMINISTRATIVO: PR2024.05/CLHO-00276

PARECER Nº 099/2024/CGM

UNIDADE EMITENTE: ASSESSORIA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E

CONTROLE

EMENTA: PR2024.05/CLHO-00276-**ASSUNTO** GERAL: CONTRATAÇÃO DE **EMPRESA ESPECIALIZADA PARA** PRESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO **SERVICO** AR DE DE CONDICIONADO, BEBEDOUROS, FREEZERS E GELADEIRAS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE COELHO NETO PROCEDIMENTO: 3º ADITIVO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 108/2021. ANÁLISE PELA CGM DE COELHO NETO-MA: CONFORMIDADE.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Controladoria Geral do Município o processo **PR2024.05/CLHO-00276**, interessado: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município de Coelho Neto - MA, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção de ar condicionado, bebedouros, freezers e geladeiras, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do município de Coelho Neto - MA;

Assim sendo, o Órgão de Controle Interno do Município de Coelho Neto, atendendo ao que determina o art. 74. da Constituição Federal de 1988, bem como as competências abrangidas pela Lei Municipal nº 773, de 07 de março de 2022, especialmente no seu artigo 41, inciso I, que diz "realizar o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da Administração Direta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas", e os incisos X e IX, que preconizam respectivamente "examinar os atos administrativos praticados e as obrigações assumidas pelo Município que derem origem à despesa" e "realizar auditorias técnicas e



administrativas objetivando o controle legal, de mérito e técnico", apresenta a análise e a respectiva manifestação, conforme a seguir.

II – ANÁLISE

A análise realizada por esta unidade de controle interno municipal visa o controle e verificação da formalização dos atos. Assim, o aludido processo encontra-se instruído com as peças listadas na seção Formalização.

II.I – FORMALIZAÇÃO

Os autos encontram-se formalizados até a presente data com a documentação a seguir, com análise realizada por esta Controladoria embasada no art. 38 da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002 e artigo 8º do Decreto 10.024/2019:

- Abertura de processo, devidamente autuado, protocolado e numerado sob o número PR2024.05/CLHO-00276;
- Relatório de Fiscalização (Justificativa pelo Gestor/Fiscal do Contrato sobre a necessidade/vantajosidade do aditivo) em 10/05/2024;
- Ofício nº046/2024-SEMASC em 15/05/2024, solicitando manifestação de interesse na renovação contratual pelo período de 12 meses;
- Aceite pela empresa (J. E. CONSULTORIA LTDA); CNPJ: (12.730.483/0001-69) em
 20/05/2024, aceitando a prorrogação;
- Justificativa de Prorrogação e Vantajosidade
- MEMO/SEMASC/2024 em 21/05/2024, solicitando informações orçamentárias;
- Cópia do Contrato 108/2021 e comprovantes de publicação do mesmo, bem como de envio ao TCE;
- 1° (primeiro) aditivo de vigência do contrato n°108/2021 e comprovantes de publicação do mesmo, bem como de envio ao TCE;
- 2º (segundo) aditivo de vigência do contrato nº108/2021 e comprovantes de publicação do mesmo, bem como de envio ao TCE;
- Indicação do recurso próprio para a despesa (dotação orçamentária);
- Documentos de habilitação jurídica e certidões de regularidade fiscal/trabalhista com as



validades destacadas abaixo e autenticadas:

- o Documento de identidade sócio/representante legal;
- o Contrato Social;
- o Cartão CNPJ (12.730.483/0001-69);
- o Certificado de Regularidade do FGTS CRF com validade até 03/06/2024;
- o Certidão Negativa De Débitos Trabalhistas com validade até 09/07/2024;
- Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos
 Federais e à Dívida Ativa da União com validade até 20/10/2024;
- Certidão Negativa de Débitos com validade até 18/06/2024
- o Certidão Quanto Dívida Ativa do Estado com validade até 18/06/2024;
- o Certidão Negativa de Débitos municipais com validade até 18/06/2024;
- o Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município com validade até 18/06/2024;
- Autorização para aprovação de aditivo e declaração de adequação orçamentária e financeira;
- Minuta do termo aditivo;
- Parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município, que aponta a regularidade do aditivo;

Importa ressaltar ainda que a análise foi efetuada sobre a regularidade processual de aditivação e sobre os pontos elencados acima, não abrangendo as fases anteriores e posteriores do processo de contratação.

III - CONCLUSÃO

Considerando todo o exposto, manifesto-me favoravelmente pelo prosseguimento processual da celebração do *termo aditivo de prazo* em análise, <u>desde que seja firmado dentro do prazo de vigência do</u>
Contrato 108/2021.

Assim feito, encaminho os autos para que sejam tomadas as providências cabíveis, ao passo que solicito ainda que sejam observadas as recomendações exaradas pela Procuradoria Geral do Município. Oriento ainda que seja promovida a atualização das certidões de regularidade fiscal/trabalhista que estejam vencidas nos futuros e eventuais atos de celebração dos contratos advindos do processo licitatório em tela, em prestígio ao art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93 e que atenda ao princípio da publicidade, promovendo as publicações de praxe, inclusive nos meios de transparência municipal e TCE/MA.

Por fim, remeto os autos à apreciação da Autoridade Competente.



É o parecer, salvo melhor juízo.

Coelho Neto/MA, 29 de maio de 2024



Mateus Almeida Silva Assessor Técnico de Acompanhamento, Fiscalização e Controle Portaria nº 014/2024 - SEMPG Prefeitura Municipal de Coelho Neto/MA